

Portaria Normativa n.º 44-N, de 6 de abril de 1993

O Presidente-substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições previstas no art. 24, da Estrutura Regimental anexa ao Decreto n.º 78, de 5 de abril de 1991, no art. 83, itens VII e XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial n.º 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965¹ no seu art. 26, bem como o que consta no processo Ibama n.º 3.675/92,

Considerando a Portaria Seman n.º 139, de 5 de junho de 1992², que instituiu, a nível nacional a “Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF”, e, ainda uma vez que cabe ao Ibama a regulamentação dos procedimentos adicionais para a implantação da nova sistemática;

Considerando a Portaria Semam n.º 208, de 27 de agosto de 1992 e a Portaria do Ministro do Meio Ambiente, n.º 24, de 30 de dezembro de 1992, que prorrogam o prazo para a implementação de nova sistemática de controle de transporte de produto florestal;

Considerando a necessidade de se ter um efetivo controle da extração e coleta de plantas ornamentais, medicinais e aromáticas, mudas, raízes, bulbos, cipó e folhas de origem nativa;

Considerando a necessidade de se aprimorar os procedimentos com relação ao transporte de produtos florestais oriundos de áreas plantadas, transferência de depósitos, inclusive entre unidades industriais da própria empresa, bem como o transporte de subprodutos florestais nativo ou plantado; resolve:

CAPÍTULO I

Da Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF

Art. 1.º. A ATPF, conforme modelo apresentado no anexo I da presente Portaria, representa a licença indispensável para o transporte de produto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo³.

1 Vide Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág. 60, neste Tema.

2 Vide Portaria n.º 139, de 5 de junho de 1992, 214, neste Tema.

3 Vide Portaria n.º 120, de 16 de novembro de 1995 sobre a obrigatoriedade do uso da ATPF para exportação de madeira serrada e laminada da espécie mogno (*swietenia macrophylla*), pág. 320, neste Tema.

• Vide Portaria n.º 112, de 29 de dezembro de 1995 sobre o uso da ATPF para madeira serrada da espécie castanheira (*Bertholletia excelsa*), pág. 299, neste Tema

§ 1º — Entende-se por produto florestal aquele que se encontra no seu estado bruto ou *in natura*, abaixo relacionado:

- a) madeira em toras
- b) toretes
- c) postes não imunizados
- d) escoramentos
- e) palanques roliços
- f) dormentes nas fases de extração/fornecimento
- g) mourões ou moirões
- h) achas e lascas
- i) pranchões desdobrados com moto-serra
- j) lenha
- l) palmito
- m) xaxim
- n) óleos essenciais

§ 2º. Considera-se, ainda produto florestal, referido no Parágrafo anterior, as plantas ornamentais, medicinais e aromáticas, bem como as mudas, raízes, bulbos, cipó e folhas de origem nativa, para efeito de transporte com ATPF, da fase de coleta, apanha ou extração.

Art. 2º. A ATPF é um documento de responsabilidade do Ibama na sua impressão, expedição e controle, que será fornecida aos detentores de autorização de desmate, de planos aprovados de exploração e de manejo, bem como ao comprador e/ou consumidor identificado na Declaração de Vendas de Produtos Florestais emitida pelo Ibama⁴.

§ 1º. A ATPF fornecida pelo Ibama em uma unidade da federação não poderá ser utilizada para acobertar o transporte de produto originário de outra unidade da federação.

§ 2º. O Ibama reduzirá ou suspenderá o fornecimento da ATPF quando constatar, de forma direta ou indireta irregularidades na execução das autorizações concedidas e de planos aprovados.

§ 3º. Não será fornecida ATPF à pessoa em débito de qualquer natureza com o Ibama, conforme legislação vigente.

⁴ Artigo 2º §§ 3º e 4º com redação dada pela Portaria nº 125, de 22 de novembro de 1993.

• A Portaria nº 125/93 instituiu no seu artigo 2º o modelo da Declaração de Venda de Produtos Florestais — anexo VI

§ 4º. A ATPF somente será fornecida às pessoas indicadas neste artigo, após o cumprimento da reposição florestal, nos casos em que esta é exigida.

Art. 3º. A ATPF será devidamente preenchida, conforme instrução contida no verso das vias e com os dados constantes do documento fiscal de origem (de produtor, avulsa ou de entrada, quando for o caso), e com as respectivas características do produto transportado.

§ 1º. A 1ª via da ATPF acompanha obrigatoriamente o produto florestal nativo e carvão vegetal nativo da origem ao destino nela consignado por meio de transporte individual, quer seja rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo.

§ 2º. Havendo recusa do recebimento do produto florestal nativo e carvão vegetal nativo, será permitida a alteração do destinatário, constantes dos campos 14 a 15 da ATPF, devendo para tanto o fornecedor ou transportador procurar a Agência Fazendária do Município, munido da ATPF e da Nota Fiscal, para anotação do novo destinatário no verso da Autorização.

§ 3º. O campo 17 da ATPF somente será preenchido nos casos de obrigatoriedade de emissão do documento fiscal, determinado pelo órgão estadual competente.

§ 4º. No campo 20 a ATPF deve conter a assinatura do funcionário credenciado pela empresa/pessoa física detentora da ATPF ou do seu representante legal.

§ 5º. A composição da carga dos meios de transporte de produto florestal nativo e carvão vegetal nativo poderá estar acompanhada por mais de 1 (uma) ATPF.

Art. 4º. A ATPF será fornecida pelo Ibama, devidamente personalizada, com os dados relativos ao vendedor do produto florestal, pessoa física ou jurídica, nos campos 1 a 8, preenchidos, preferencialmente, por meio de impressão mecânica ou em letra de fôrma⁵.

5 Artigo 4º, §§ 1º e 2º com redação dada pela Portaria nº 125, de 22 de novembro de 1993.

- Vide §§ 8º e 9º do artigo 3º; §§ 6º e 7º do artigo 18 e §§ 2º e 3º do artigo 38 da Portaria nº 48, de 10 de julho de 1995, sobre o fornecimento da ATPF e preenchimento dos seus campos 1 a 8, 14 e 16, pág. 258, neste Tema.
- Vide §§ 1º e 2º do artigo 12 e artigo 18 da Portaria nº 113, de 29 de dezembro de 1995 sobre o fornecimento da ATPF e preenchimento dos seus campos 1 a 8, 14 e 16, pág. 301, neste Tema.

§ 1º. A ATPF será fornecida por período de até 90 (noventa) dias, pelo volume de exploração aprovado ou pelo volume especificado na Declaração de Venda de Produtos Florestais.

§ 2º. A ATPF será fornecida, mediante o recolhimento da importância estabelecida na Tabela de Preços do Ibama, considerando os custos de impressão.

Art. 5º. Ficam dispensadas do uso da ATPF as remessas de lenha para uso próprio e doméstico em quantidade inferior a 1 (um) estéreo e todo material lenhoso proveniente de erradicação de culturas, pomares ou de poda de arborização urbana.

Art. 6º. O consumidor final de carvão vegetal nativo que verificar divergência entre os volumes constantes das Notas Fiscais de origem (de produtor ou avulsa) e de destino (de entrada), deverá especificar no campo 9, da 1ª via da ATPF o volume real (a maior ou menor) efetivamente recebido a ser informado ao Ibama, a fim de dar acobertamento ao armazenamento ou consumo do produto na unidade industrial.

Art. 7º. As 1ªs (primeiras) vias das ATPFs relativas aos produtos florestais recebidos durante o mês, pelas pessoas físicas ou jurídicas registradas no Ibama, serão entregues na Unidade que controla o seu registro, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao vencido, devidamente relacionadas na Ficha de Controle Mensal, conforme modelo apresentado no anexo II da presente Portaria⁶.

⁶Parágrafo único. Revogado⁷

Art. 8º. As 2ªs (segundas) vias da ATPFs emitidas durante o mês serão entregues ao Ibama, na Unidade onde forem adquiridas, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao vencido, devidamente relacionadas na Ficha de Controle Mensal, conforme modelo apresentado no anexo II desta Portaria⁸.

Art. 9º. A ATPF, conforme modelo apresentado no anexo I será impressa em 2 (duas) vias.

6 Redação dada pela Portaria nº 125, de 22 de novembro de 1993

7 Revogado pela Portaria nº 125, de 22 de novembro de 1993

8 Redação dada pela Portaria nº 125, de 22 de novembro de 1993

Art. 10. A ATPF, nas tarjas verde, preta, laranja e amarela, acompanha os produtos na seguinte ordem:

- I — Tarja verde: os produtos especificados nas alíneas *a* a *j* do parágrafo 1º e § 2º, do artigo 1º desta Portaria;
- II — Tarja preta: carvão vegetal nativo;
- III — Tarja laranja: palmito;
- IV — Tarja amarela: xaxim e óleos essenciais.

CAPÍTULO II

Do Regime Especial de Transporte — RET

Art. 11. O RET será autorizado pelo Ibama, através do uso dos carimbos padronizados, conforme modelos 01 e 02, anexos III e IV, da presente Portaria, respectivamente, e seu uso representa a licença obrigatória a ser aposta no corpo de todas as vias das Notas Fiscais.

§ 1º. Os carimbos, nos modelos 01 e 02 serão apostos preferencialmente no verso das Notas Fiscais ou em local de fácil leitura dos dados neles contidos.

§ 2º. Os campos 1 a 10 do modelo 01 serão confeccionados com os dados informados pelo Ibama, na autorização, exceto os campos 5 a 9, quando se tratar de comerciantes, depósitos e transferências e para o mercado nacional ou exportação, respectivamente.

§ 3º. Os campos 1 a 9 do modelo 02 serão confeccionados com os dados informados pelo Ibama, na Autorização, exceto no campo 8, quando se tratar de mercado nacional ou exportação.

§ 4º. Nos campos 11 do modelo 01 e 10 do modelo 02, devem conter a assinatura do funcionário credenciado pela empresa/pessoa física ou de seu representante legal.

Art. 12. O carimbo padronizado, conforme modelo 01 será utilizado para o transporte de:

- I — Revogado.⁹

⁹ Inciso revogado pelo art. 42 da Portaria nº 48, de 10 de julho de 1995 e art. 18 da Portaria nº 113, de 29 de dezembro de 1995, págs. 258 e 301, respectivamente.

II — Revogado¹⁰

III — Mudas, raízes, bulbos e plantas ornamentais, medicinais e aromáticas provenientes de produtor e para exportação.

Art. 13. O carimbo padronizado, conforme modelo 02 será utilizado para o transporte de:

I — Madeira serrada sob qualquer forma, laminada, aglomerada, prensada, compensada, chapas de fibra, desfolhada, faqueada, contraplacada e para exportação;

II — Xaxim e seus artefatos na fase de saída da indústria e para exportação;

III — Palmito em conserva na fase de saída da indústria e para exportação;

IV — Dormentes e Postes na fase de saída da indústria e para exportação;

V — Carvão de resíduos da indústria madeireira.

Parágrafo único. Nos casos de transferência de subproduto da unidade industrial para utilização em outra unidade da própria empresa sem a cobertura da Nota Fiscal, fica obrigatório o uso do carimbo modelo 02, no corpo do romaneio.

Art. 14. Ficam dispensados do uso do RET o transporte de:

a) Subprodutos que, por sua natureza, já se apresentam acabados, embalados e manufaturados para uso final, e os não especificados nos incisos I a V do art. 13;

b) celulose, goma-resina e demais pastas de madeira;

c) resíduos: aparas, cavacos e demais restos de beneficiamento e de industrialização de madeira, serragem, peletes e briquetes de madeiras e de castanha em geral, folhas de essências plantadas, folhas, palhas e fibras de palmáceas, casca e carvão produzido da casca de coco, moinha e briquetes de carvão vegetal, escoramentos e madeira beneficiada entre canteiros de obra de construção civil, madeira usada em geral, reaproveitamento de madeira de cercas, currais e casas;

d) Carvão vegetal empacotado do comércio varejista;

e) Os produtos e subprodutos florestais não contemplados no inciso III do art. 12;

¹⁰ Inciso revogado pelo art. 39 da Instrução Normativa nº 1, de 5 de setembro de 1996, pág. 2062, Apêndice.

f) Bambu (*Bambusa vulgares*) e espécie afins;

g) Vegetação arbustiva de origem plantada para qualquer finalidade.

Art. 15. A exportação de que trata os artigos 12 e 13 de espécies constantes dos apêndices I e II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção — Cites, depende da licença de exportação — Cites, emitida pelo Ibama.

Art. 16. O uso do RET será solicitado anualmente pelos pretendentes através de requerimento, na Unidade do Ibama que controla o seu registro.

§ 1.º. O prazo de validade de utilização dos carimbos modelos 01 e 02, será de 12 (doze) meses, podendo ser renovados à critério do Ibama.

§ 2.º. O Ibama suspenderá ou cancelará a utilização dos carimbos modelos 01 e 02, se constatar irregularidades, devidamente apurada em Processo Administrativo, na sua utilização ou na execução do Plano ou Informação de Corte, bem como débito de qualquer natureza com o Instituto, conforme legislação vigente.

Art. 17. Os usuários do carimbo modelo 01, apostos nas suas Notas Fiscais apresentarão na Unidade que autorizou o uso do RET, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao vencido, a Ficha de Controle Mensal, conforme modelo apresentado no anexo II da presente Portaria.

§ 1.º. As indústrias, os comerciantes e os consumidores que recebem produto florestal com Nota Fiscal contendo o carimbo modelo 01, apresentarão na Unidade que controle o seu registro, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao vencido, a Ficha de Controle Mensal, conforme modelo apresentado no anexo II desta Portaria.

§ 2.º. As indústrias que recebem produto florestal nativo com a ATPF ou plantado com carimbo modelo 01 e que utilizem o carimbo modelo 02 para saída, apresentarão na Unidade que controla o seu registro, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido, a Ficha de Controle Mensal, apresentada no Anexo II da presente Portaria, referente ao carimbo modelo 02.

§ 3.º. Ficam isentos de apresentação da Ficha de Controle Mensal, anexo II, os comerciantes varejistas de carvão vegetal e os comerciantes de plantas ornamentais, medicinais e aromáticas, de mudas, raízes e bulbos que recebem esses produtos com Nota Fiscal, contendo o carimbo modelo 01, apostado no corpo de todas as vias.

§ 4º. Ficam isentos de apresentação da Ficha de Controle Mensal, anexo II, os comerciantes e demais usuários que recebem ou vendem subproduto florestal de origem nativo ou plantado, com Nota Fiscal contendo o carimbo modelo 02, aposto no corpo de todas as vias da Nota Fiscal para qualquer finalidade, exceto as indústrias especificadas no § 2º deste artigo.

Art. 18. A Ficha de Controle Mensal será entregue na Unidade a que se refere o artigo anterior, até o dia 15 (quinze) do mês seguintes ao vencido, independentemente de movimentação de produto/subproduto/carvão vegetal, referidos nos §§ 1º e 2º do artigo 1º e os carimbos modelos 01 e 02 nos artigos 12 e 13, respectivamente.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais

Art. 19. A Ficha de Controle Mensal conforme modelo apresentado no anexo II, referida nos artigos 7º, 8º e 17 da presente Portaria, é o documento de acobertamento de produto/carvão vegetal/subproduto florestal nativo ou plantado nas fases de industrialização, beneficiamento, armazenamento e consumo.

Parágrafo único. A Ficha de Controle de que trata o presente artigo será confeccionada pelo Ibama ou pelo usuário desde que contenha os mesmos dados e formatação, inclusive ser apresentada em formulário contínuo.

Art. 20. Quando da solicitação para obtenção da ATPF ou do RET o usuário entregará o Cartão de Autógrafo, conforme modelo apresentado no Anexo V da presente Portaria, para credenciamento das pessoas autorizadas para representá-lo junto ao Ibama, bem como na assinatura da ATPF, RET e Ficha de Controle Mensal.

Parágrafo único. O Cartão de Autógrafo citado acima, poderá ser substituído por carta de credenciamento, com os dados do referido cartão e em papel timbrado da empresa, com firma reconhecida.

Art. 21. O Ibama realizará, a qualquer tempo, vistoria e atos de fiscalização para o cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, solicitando do usuário a apresentação dos documentos fiscais para confronto com a ATPF e RET, sempre que necessário.

Art. 22. A não observância dos procedimentos estabelecidos na presente Portaria, sujeitará o usuário às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 23. O casos omissos serão apreciados e regulamentados pela Presidência do Ibama.

Art. 24. As pessoas físicas ou jurídicas obrigadas ao uso da ATPF e do RET, terão até 45 (quarenta e cinco) dias da publicação desta Portaria para substituírem pelos Anexos I a IV, os instrumentos instituídos pela Portaria nº 31-N, de 17 de março de 1992, sob pena das sanções previstas na legislação vigente.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado o art. 56 da IN 001-P, de 11 de abril de 1980, os capítulos III e IV da Portaria nº 122-P, de 19 de março de 1985, § 1º do art. 9º da Portaria Normativa nº 302-P, de 9 de novembro de 1988, Portaria nº 27-N, de 26 de fevereiro de 1992 e Portaria nº 31-N, de 17 de março de 1992 e demais disposições em contrário.

Humberto Cavalcante Lacerda
Presidente-substituto

(DOU de 07.04.93)